IV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS COINTER - PDVAgro 2019

**AGRICULTURA ORGÂNICA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO
SISTEMA DE PRODUÇÃO NO ANO DE 2019: UMA ABORDAGEM NACIONAL**

**AGRICULTURA ORGÁNICA Y LA PARTICIPACIÓN DE LAS MUJERES EN EL
SISTEMA DE PRODUCCIÓN EN 2019: UN ENFOQUE NACIONAL**

**ORGANIC FARMING AND PARTICIPATION OF WOMEN IN THE PRODUCTION
SYSTEM IN 2019: A NATIONAL APPROACH**

Apresentação: Comunicação Oral

FREITAS, R.M.¹; SILVA, L.C.V.²; MATHIAS, N. C.³; SILVA, S. G. B.⁴; BORGES, J. R.P.⁵.

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.IVCOINTERPDVAgro.2019.0055>

Resumo: Na agricultura, a participação da mulher dentro do sistema produtivo é sempre associada as atividades ao redor de casa, onde as atividades que geram renda são sempre tidas como trabalho do homem. Partindo desta reflexão e da importância da valorização do trabalho da mulher na agricultura enquanto geradora de renda, este trabalho tem como objetivo apresentar os índices de participação da mulher dentro da agricultura orgânica no Brasil durante o ano de 2019. Através da análise de dados secundários disponíveis no site do Ministério de Agricultura Agropecuária e Abastecimento- MAPA até maio de 2019, foi possível quantificar cada região do país totalizando 20.266 indivíduos. Partindo da análise registrada, o maior número é encontrado na região sul, porém, quando analisada a participação da mulher separadamente, a região nordeste é a maior. Comparando a participação entre homens e mulheres, a participação registrada dos homens se sobressai com valores de 60,22%, seguidos por 32,87 % pelas mulheres e 6,91 % que corresponde aos cadastrados como pessoas jurídicas, ou pessoas que não puderam ser identificados pelo nome quanto ao gênero.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Gênero, Rural.

Resumo: En la agricultura, la participación de las mujeres en el sistema de producción siempre se asocia con actividades del hogar, donde las actividades generadoras de ingresos siempre se consideran como el trabajo de los hombres. Sobre la base de esta reflexión y la importancia de valorar el trabajo de las mujeres en la agricultura como generadoras de ingresos, este documento tiene como objetivo presentar las tasas de participación de las mujeres en la agricultura orgánica

¹Agrônoma, Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos-campus Araras, rubynha1995@gmail.com

² Engenheiro ambiental, Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos-campus Araras, cesarvzs.lv@gmail.com

³ Engenheira Agrônoma, Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos-campus Araras, nayaramathias1@gmail.com

⁴ Engenheira Agrônoma, Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos-campus Araras, sinaragbs@gmail.com

⁵ Dr^a Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade Federal de São Carlos-campus Araras, janice@ufscar.br

en Brasil durante el 2019. A través del análisis de los datos secundarios disponibles En el sitio web del Ministerio de Agricultura y Abastecimiento Agrícola - MAPA hasta mayo de 2019, fue posible cuantificar cada región del país con un total de 20,266 personas. Del análisis registrado, el mayor número de individuos se encuentra en la región sur, sin embargo, al analizar la participación de las mujeres por separado, la región noreste donde tienen mayor representatividad. Al comparar la participación de hombres y mujeres, la participación registrada de los hombres se destaca con valores del 60.22%, seguidos por el 32.87% por las mujeres y el 6.91% correspondientes a los registrados como personas jurídicas, o personas cuyo genero no pudieron ser identificados por su nombre.

Palabra clave: Agricultura familiar, Género, Rural

Abstract: In the farming sector, the women's participation on the productive systems is always associated with activities around home, whereas, the activities that generate income are always considered as men's work. In this way, through reflection and the importance to value the female's work in agriculture as an income source, this work aims to show the women's participation rates on Organic Agriculture in Brazil during 2019. Through of reviews of the secondary available data on the Ministério de Agricultura Agropecuária e Abastecimento - MAPA website, until May 2019, it was possible to quantify each region of the country, totaling 20,266 individuals. From the recorded reviews, the largest number of women was founded in the Southern region, however, when was studied the women's participation separately, the Northeast region has the largest indexes. Comparing the participation between men and women, the men's registered participation stands out with values of 60,22%, it was followed by 32,87% by women and 6,91% corresponding to those registered as legal entities or person who the gender was not able to be identified through the name.

Keywords: Family Farm, Gender, Rural

Introdução

A Agricultura Orgânica em suas bases técnicas ressalta a utilização das práticas sustentáveis dentro do sistema produtivista, onde em muitas vezes, a abordagem dos aspectos sociais e temas polêmicos e importantes, como gênero, são deixados de lado e contemplados apenas nas discussões dentro do modelo de produção agroecológica, ao qual, tem conceito mais holístico e uma abordagem social, porém, não descarta as questões sustentáveis do sistema produtivo.

A produção orgânica foi definida através de uma ratificação, sendo descrita como um sistema de produção que mantém a saúde do solo, das pessoas e dos ecossistemas substituindo a utilização de insumos com efeitos adversos; além disso, ela combina a tradição, inovação e ciência visando promover relações justas e boa qualidade de vida (MUÑOZ et al., 2016). Já a produção agroecológica é reestrutura em uma nova ordem para o curso social e ecológico, possuindo um caráter mais participativo e voltado para o social (GUZMAN; MOLINA, 1996).

As questões relacionadas com gênero são muito escassas na sociedade, principalmente no meio rural. Em famílias mais adeptas ao patriarcado e que seguem modelos mais rígidos de educação e comportamento, geralmente, a mulher é vista como somente a responsável pelos afazeres domésticos e vida caseira, deixando o homem com o trabalho pesado nas propriedades rurais e a responsabilidade de alimentar e sustentar toda a família. Em muitos casos, as mulheres temem seus maridos e são vistas somente com a visão estereotipada de mulher do lar, sendo algumas vezes impedidas de contribuir para a renda da família.

Neste trabalho temos como público alvo todos indivíduos certificados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), enquanto agricultores e agricultoras orgânicas, porém, o sistema não permite identificar se estes são agroecológicos ou qual seu sexo, pois não separou os proprietários referentes ao sexo e nem devido ao tipo de produção, deixando apenas o nome do responsável como referência.

Tendo em vista a legislação, através da Lei Nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003, é considerado como orgânico todo aquele que é oriundo do sistema produtivo onde se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, como também, a abrangência dos conceitos ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei, tendo o objetivo de apresentar o índice de participação da mulher na agricultura orgânica a nível nacional e regional, com base nos dados disponíveis no registro do MAPA, até maio de 2019.

Fundamentação Teórica

A relação entre o orgânico e agroecológico é bem forte quando relacionada com o avanço da agricultura de base ecológica, tendo em vista que, as mulheres são as primeiras a iniciar o processo de conversão e também responsável pelo armazenamento das sementes das hortas (KARAM, 2004). A valorização do trabalho da mulher na agricultura é um dos grandes desafios, pois as atividades que as mulheres desempenham são em sua maioria direcionadas ao papel de dona de casa. A mulher agricultora não existe e nem a mesma é reconhecida como agricultora, e este tipo de realidade é muito frequente em famílias e/ou territórios onde as ações patriarcais influenciam na organização social. Assim como afirma Siliprandi (2015), a agricultura familiar tem o predomínio de formas patriarcais de organização social; o poder de

decisão da unidade de produção quanto ao núcleo de convivência tende a ser outorgado aos homens, onde as mulheres ocupam um lugar subordinado.

O trabalho com a agricultura é uma atividade que envolve tanto os homens quanto as mulheres, porém, quando observado a relação de trabalho entre homem e a mulher é claramente perceptível o quanto o trabalho feminino é menosprezado, tido apenas como uma ajuda e não geradora de renda. O homem como desenvolve um trabalho mais extenso, duradouro dentro do roçado e econômico tem-se maior visibilidade, porém, quando as mulheres têm um poder de autonomia em seus lares e compreendem seu papel dentro da agricultura e se envolvem em ações comunitárias, esse papel da mulher subordinada e sua autonomia são questionadas, principalmente quando se tem filhos e estes são tidos como função da mãe para cuida-los. E a quebra e/ou transformação do pensamento das mulheres assim como a sensibilização da valorização do trabalho das mesmas pelos homens, torna-se um dos grandes desafios dentro da discussão de gênero na agricultura familiar de base agroecológica.

Mesmo sendo um dos grandes temas conversados e motivo de luta por conquista de espaço e valorização do trabalho na agroecologia, ainda se tem a quebra de tabus, onde as mulheres ainda tem dificuldades para desenvolver outras atividades fora do lar e assumirem cargos de poder dentro das representações sociais, e essas relações internas das famílias rurais são ainda pouco conhecidas, porém, alguns pontos foram mapeados por Leal, Pizzaia e Ferrante (2018) onde ressaltam a maior dificuldade para mulheres tomarem posse de cargos de liderança, onde ainda existem questões referentes a autonomia das mulheres quanto a remuneração ou sua ausência na execução do trabalho. Segundo os mesmos autores, quando conseguem exercer algum trabalho que ofereça renda, estes começam a ser controlados por homens, porém, as mulheres também perceberam a agregação de valor em produtos oriundos de certificação participativa, até 30% a mais quando comparada ao convencional.

Outro ponto de destaque é sobre a invisibilidade da mulher na produção convencional, o que já muda na agroecologia e na produção orgânica pois a mulher quebra a chamada divisão sexual do trabalho e passa a se ver desenvolvendo as diversas práticas. Porém, dentro do movimento agroecológico também existe a luta pelo espaço da mulher, na promoção da autonomia e empoderamento, pois, muitas atitudes impostas pela sociedade que vão se reproduzindo e sendo incorporadas se tornam difíceis para a quebra/ruptura desses pensamentos e atitudes.

E neste espaço faz a necessidade da reflexão e de ações que mostrem o quanto que a mulher pode fazer e tem capacidade para isso, assim como também é preciso que os homens passem por esse processo de sensibilização e reconhecimento, pois, mesmo com a mudança de atitude entre os diferentes espaços produtivos ocupados pelas mulheres, ainda é preciso avançar muito, para que ambos possuam as mesmas oportunidades na sociedade

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida através da análise de dados secundários, tendo como fonte artigos relacionados ao tema, teses, dissertações, livros, jornais e revistas especializadas para a pesquisa bibliográfica sobre o assunto pertinente a participação das mulheres na produção orgânica e agroecológica no Brasil, e a partir da consulta dos dados fornecidos pelos próprios produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, nesse cadastro consta a listagem dos organismos que controlam a qualidade orgânica e a listagem de organizações de controle social, que comercializam seus produtos diretamente ao consumidor.

Os dados estão foram consultados na plataforma de dados disponível no website do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>) sendo que os registros analisados datam até maio de 2019.

Onde foram separados por tipos de entidade certificadora (Certificadora, Certificadora + A23:K23, OCS e OPAC) e região do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). Após a classificação por certificadora e regiões, foi realizado um filtro por sexo (Feminino (F), Masculino (M) e *outros* para casos de pessoas jurídicas ou casos que apresentaram dificuldade para a identificação de gênero somente pelo nome) no qual participou da análise um total de 20.266 indivíduos, sem distinção de sexo, para a quantificação de cada categoria e confecção de gráficos descritivos com o software Excel.

Resultados e Discussão

Conforme a análise realizada a partir dos registros do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) datada de 30/04/2019, existe um total de 20.266 produtores orgânicos cadastrados em todo o país, entre esses, a participação dos homens é predominante, assim como na agricultura convencional. A porcentagem da participação dos homens como produtores orgânicos em relação ao total é de

60,22 % (gráfico1). Mesmo se as outras duas categorias analisadas, mulheres e outros, forem somadas, nem, ao menos, empataria com a quantidade de produtores homens.

Gráfico 1. Relação de gênero realizada por tipo de certificação cadastrados no MAPA até Maio 2019.

Fonte: MAPA (2019).

As mulheres ficam em segundo lugar com 32.87 % e 6.91 % corresponde aos cadastrados como pessoas jurídicas ou que não puderam ser identificados quanto ao gênero pelo nome, como mulher ou homem. Dados estes que se assemelham com pesquisa realizada por Karam (2004), onde em sua análise amostral foi constatado que em 70% dos estabelecimentos, os homens são os responsáveis pelo sistema de produção na agricultura orgânica; em 30% das unidades produtivas, as mulheres já se apresentam como a principal responsável, mesmo com a diferença de tempo entre as pesquisas; e mesmo sendo de foco local para o nacional, a situação é muito similar em termos percentuais, mostrando que a mulher tem muito espaço ainda a ser conquistado.

Os espaços já conquistados, representados através dos dados supracitados, são sustentados historicamente na experiência de participação de mulheres como protagonistas reconhecidas em processos de produção agrícola de diversas índoles, por exemplo. E, visto que, a produção agroecológica abre espaços para a participação das mulheres em atividades de

alternâncias das tradicionais, suportando e encorajando a ideia de mulheres não serem mais vistas somente como figurantes ou cuidadoras do lar e sim como protagonistas e produtora. No entanto, ainda, está em desenvolvimento o processo de empoderamento necessário, principalmente no âmbito rural, para serem considerados sujeitos ativos e obter reconhecimento (SILIPRANDI, 2010).

Com a análise da participação das mulheres neste trabalho foram identificados quatro tipos de entidade certificadora: Certificadora, Certificadora tipo 23-k, OCS e OPAC. Sendo em maior proporção as entidades denominadas OPAC's; em contraposição existe baixa participação de mulheres com as Certificadoras (Gráfico 2).

Gráfico 2. Nível de participação de mulheres nos tipos de entidades certificadoras do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos 2019.

Fonte: MAPA (2019).

As OPAC's conforme menciona o MAPA são Sistemas Participativos de Garantia – SPG e têm como característica a responsabilidade dos membros coletivos do sistema MAPA, ou seja, sua principal diferença com as Certificadoras por Auditoria, onde o produtor(a) recebe visita inicial e periódicas de inspeção da certificadora com custos estabelecidos em contrato, é que nas OPAC's as mulheres produtoras têm uma noção e relação direta com a produção e os processos de comercialização, ponto importante para pequenos produtores que trabalham em associações para fortalecer o sistema de trabalho, que também é a forma de organização adotada normalmente pelas mulheres no Brasil, que teve seus inícios com as associações autônomas de mulheres unidas com o objetivo da reivindicação do direito a terras (DEERE, 2004).

Outra maneira de regularizar a produção orgânica a fim de comercialização, são as OCS – Organizações de Controle Social, no entanto, está só pode ser utilizada em venda direta ou indireta. Onde venda direta é definida pela relação direta entre produtor e consumidor e a venda indireta via um único intermediário, que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local (DAROLT et al, 2013).

Quando analisado por regiões, encontramos os mesmos padrões, onde as participações das mulheres são menores em relação aos homens. Andersson et al. (2017), ressaltam que em casos de processos para certificação orgânica para cadastro no MAPA, aparecem frequentemente a desvalorização das mulheres, já que desde o preenchimento dos formulários, são os homens os que se responsabilizam e deixam, mais uma vez, sem visibilidade o trabalho e protagonismo das mulheres. Por outro lado, os resultados mostram relações mais equitativas em algumas regiões e tipos de entidades específicas (Gráfico 3), principalmente entre OCS e OPAC na região Centro Oeste, onde vemos pouca participação tanto de homens como mulheres na produção orgânica. Sendo essa região, tradicionalmente conhecida pela intensiva atividade agrícola convencional.

Gráfico 3. Participação da mulher como produtora certificada nos registrados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos 2019 em todas as regiões do Brasil

Fonte: MAPA (2019).

Com a análise por região, com base na quantidade de produtores registrados a nível nacional, constatamos que existe maior proporção de mulheres produtoras na região Sul com destaque para a certificação por OPAC (gráfico 3), o que poderia atribuir-se a que desde o ano 2014, o Sul do Brasil tem aglomerado uma grande quantidade de pequenos produtores com certificação orgânica. Conforme os dados apresentados, podemos observar que atualmente a região Sul ultrapassou a região Nordeste (gráfico 4), região a qual liderava a produção orgânica no ano de 2014 (FINATTO, 2016), que atualmente destaca-se com certificação por OCS.

Gráfico 4: Produtores com certificação nas regiões Sul e Nordeste até Maio de 2019.

Fonte: MAPA (2019).

Por outro lado, na região Sudeste do país o cenário de produção orgânica é diferente, sendo que as grandes propriedades são as que mais aderem a produção orgânica, com as certificações, em sua maior parte, obtidas por meio de Certificadoras, (gráfico 5) o que concorda com os resultados que mostram uma maior proporção de pessoas jurídicas como proprietários nessa região (TERRAZAN e VALARINI, 2009).

Gráfico 5: Produtores com certificação nas regiões Sudeste e Norte até Maio de 2019.

Fonte: MAPA (2019).

Em relação à produção orgânica na Região Centro-Oeste, Silva et al. (2018) ressaltam que os principais obstáculos identificados por organizações de mulheres e associações de cooperativas no Mato Grosso do Sul, apesar do apoio de diversos órgãos, são as burocracias e

exigências legais que não se adequam a realidade e possibilidade dos agricultores, principalmente nas políticas de crédito, fomento de agroindústria e certificação orgânica.

De acordo com a análise dos dados foram verificados que a quantidade de agricultores registrados como orgânico quando comparado as outras regiões o Centro Oeste encontra-se em quarta posição, porém quando vista do valor percentual de acordo com o número de agricultores registrados a participação das mulheres são inferiores a participação dos homens com percentual de 30,53% e 61,43% respectivamente (gráfico 6).

Gráfico 6: Produtores certificados e seus respectivos tipos de certificação na região Centro-oeste até Maio de 2019.

Fonte: MAPA (2019).

Quando analisadas as regiões separadamente, existe uma diferenciação entre a participação em proporção entre as mulheres, onde a região nordeste se destaca com percentual de 35,29% entre as demais regiões, seguida da região Norte com 34,87%, Sul 33,78%, centro-oeste com 30,53% e Sudeste com 27,37%.

Segundo Burg (2005), as mudanças relacionadas à participação das mulheres no cenário produtivo de forma agroecológica já foram iniciadas, para que esta mudança se tornasse evidente, as ONGs – Organizações Não Governamentais – tiveram grande importância como mediadoras tanto no que se refere ao assunto gênero, como ao relacionado com produção.

As feiras, popular e amplamente conhecidas em todas as regiões do país, são exemplos de alguns trabalhos que estimularam a participação das mulheres em atividades e espaços públicos, o que propiciou a abertura de resultados positivos. Além disso, ressaltaram a

importância de as mudanças englobarem todos os setores da sociedade e não somente as mulheres, pois é a sociedade em si que perpetua que as mulheres sejam subordinadas.

Conclusões

A luta pela conquista de espaço e valorização do trabalho da mulher como produtora rural orgânica é um ato constante, tal qual a luta da mulher em geral dentro da sociedade. Que se inicia desde o lar na divisão das tomadas de decisões, na distribuição das atividades da casa e do campo, na igualdade de direitos nos cargos de poder na sociedade e respeito mútuo. Quando analisado historicamente as conquistas das mulheres desde o direito ao voto até os dias atuais, já houve grandes avanços, no entanto, muito ainda precisa ser mudado, principalmente na igualdade dos direitos e na forma como a mulher é vista perante o restante da sociedade.

A importância de se ampliar o holofote para as mulheres, principalmente no meio rural, é muito importante, pois muitas delas são ignorantes em situações práticas do cotidiano, por falta de informação ou por serem os homens sempre a tomarem a frente, desencorajando a participação da mulher especialmente nos casos em que tangem dinheiro, geração de renda e como provedora. Muitas delas não possuem nem mesmo os documentos pessoais, o que as impossibilita de tomarem a frente dos negócios. Outro ponto que merece destaque é que muitas mulheres não possuem conhecimento de como abrir conta em bancos ou mesmo não possuem autorização dos maridos para lidarem com os compradores dos produtos, muitas delas desconhecem até mesmo seus direitos como agricultoras.

Com a realização desta pesquisa foi possível visualizar e confirmar o baixo número de mulheres envolvidas na liderança da propriedade, de forma individual ou em parceria com o marido, e o longo caminho que se deve percorrer para a aquisição de protagonismo feminismo no meio rural e o quanto as mulheres estão nesta luta cada vez mais e devem continuar buscando sua autonomia de direitos - tendo em vista que a certificação no nome de cada indivíduo dar-se autonomia para comercialização de seus produtos, seja ele de origem vegetal ou animal, com a garantia da qualidade de ser um produto orgânico, seja ele com certificação direto por certificadora ou de forma compartilhada, bem como outras vantagens dentro do comércio.

Cada região do país se sobressai com um tipo de certificação diferenciada, e com representações percentuais distintas, onde, vários fatores podem estar associados a esses resultados e que não são expressados nesta pesquisa, no mais, este trabalho corrobora com o desenvolvimento do trabalho da mulher dentro da agricultura orgânica e sua contribuição para

a sociedade da produção de alimento, valorização do trabalho feminino - dando visibilidade de suas ações, que assim como o homem as mesmas também são capazes de desempenhar tal função – e a importância das mulheres lutarem por mais espaço e importância, buscando cada vez mais o protagonismo que se inicia com a produção e se finda na comercialização

Referências

ANDERSSON, F.; CALDAS, N.; GRISA, C. Agroecologia: Potencializando os papéis das mulheres rurais. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 2, p. 320–351, 2017.

SILVA, D. B.; CALEMAN, S.M.Q. Produção Agrícola Sustentável: Análise De Um Sistema De Produção De Hortaliças Em Mato Grosso Do Sul. **Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677**, v. 428017, n. 1, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 2003.

BURG, I. C. As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. 2005. 147 f. **Dissertação** (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

DAROLT, M. R. ; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Rev. Agriculturas**, v. 10, n. 2, 2013.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175–204, 2005.

FINATTO, R. A. **Redes de Agroecologia e Produção Orgânica na região sul do Brasil**. R. Ra'e Ga – Curitiba, v. 38, p. 107 - 145, 2016.

GUZMAN, G. C.; MOLINA, M. G. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madri: Ediciones Mundi- Prensa, 1996.

KARAM, K. F. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades**, Estudos Feministas, Florianópolis, p.18, 2004,

LEAL, L. S.G.; PIZZAIA, L. G. E.; FERRANTE, V. L. S. B. **As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara: rompendo invisibilidades**, p. 21, 2018.

MUÑOZ, C. M. G.; GÓMEZ, M. G. S.; SOARES, J. P. G.; JUNQUEIRA, A. M. R. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.54, n.2, 2016. ISSN 0103-2003.

SILVA, F.; MIRANDA, D.; OLIVEIRA, J. M.; FREITAS, E.; DAHMER, M.M.; GOLZE, V.L.; SILVEIRA, J.C.; OLIVEIRA, E. Avanços na agroecologia: experiências de grupo de mulheres e de uma cooperativa para produção orgânica no Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, p. 271–283, 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. **Tese** (Doutorado em desenvolvimento sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, E. Gênero e agroecologia: os avanços das mulheres rurais no enfrentamento das iniquidades. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**, Porto Alegre: Editora UFRGS, p.348, 2015, ISBN 978-85-386-0260-6.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. **Situação do Mercado de Produtos Orgânicos e as formas de comercialização no Brasil**. Informações Econômicas, São Paulo, v.39, n.11, nov.